



OPORTUNIDADES DE INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO JURÍDICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Palavras-chave: Ensino Jurídico; Metodologias Ativas; Inteligência Artificial; Pesquisa Empírica; Inovação.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) vem ganhando destaque em diversas áreas do conhecimento, incluindo o Direito. É importante ressaltar que o período de digitalização dos processos após o Processo Judicial Eletrônico (PJ-e), exigiu dos profissionais o domínio da então nova tecnologia, para se manterem atualizados. Em paralelo, diante do cenário de expansão do domínio tecnológico e massificação do uso da IA, torna-se também necessário pensar adequações ao tradicional ensino jurídico, que acompanhem essas transformações, sendo essa a justificativa deste trabalho.

Tem-se por objetivo, portanto, disseminar possibilidades de integração da IA na educação jurídica por meio de metodologias ativas. Para isso foi realizada inicialmente uma revisão integrativa da literatura. Em outubro de 2024, foi feita uma pesquisa no portal de periódicos da CAPES buscando pelos seguintes descritores e operadores: Ensino Jurídico OU (or) Educação Jurídica E (and) Inteligência Artificial.

Foram incluídos artigos que contivessem os termos citados em qualquer dos campos, que tivessem sido publicados em periódicos revisados por pares e em língua portuguesa. Do resultado dessa pesquisa, foram encontrados 5 trabalhos que versavam sobre a temática da aplicação prática da inteligência artificial no ensino jurídico.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A inteligência artificial tem um grande potencial transformador do cenário jurídico, e a educação jurídica precisa se adaptar a essa nova realidade. Entendendo ser necessário pensar formas de integração do ensino com as novas tecnologias, foi feita uma revisão integrativa da



literatura, com vistas a identificar trabalhos que destacassem aplicações práticas e abordagens pedagógicas emergentes que envolvessem o uso de IA, organizados na seguinte tabela:

Tabela 1 - Resultados finais da revisão integrativa da literatura

Nº	TÍTULO	AUTORIA	PERIÓDICO	ANO
1.	Formação jurídica e novas tecnologias: relato de uma aprendizagem experiencial em direito	Feferbaum, M. Lima, S.	Opinião Jurídica	2020
2.	Ensino jurídico e as novas tecnologias: o que espera os futuros profissionais do direito?	Tassigny, M. Gondim, V.	Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM	2021
3.	As metodologias ativas no ensino jurídico: aplicabilidade na inteligência artificial	Sales, A.	Revista de Argumentação e Hermenêutica Jurídica	2022
4.	Aprendizagem ativa: experiências e pesquisas com metodologias ativas ¹	Teixeira, L. Guazzelli, D.	Eccos: Revista Científica	2023
5.	A educação como direito social: desafios e perspectivas na área jurídica com usos de inteligência artificial	Abdo, A. Luiz, R.	Peer Review	2024

Fonte: Elaborado pelos autores.

O primeiro texto destaca a preocupação que as transformações tecnológicas impõem nas profissões jurídicas. Nesse sentido, as autoras, a partir da experiência do curso de graduação da FGV Direito SP, demonstram possibilidades de se associar um ensino experiencial como estratégia de ensino, na nova disciplina: “Laboratório de Tecnologia”. Enquanto metodologia ativa, para além do direito, os alunos são investidos em capacitação tecnológica, testes e validações para a criação de produtos tecnológicos que possam ser aplicados ao Direito ao final da disciplina (Feferbaum; Lima, 2020).

Como ponto positivo, são identificadas o desenvolvimento de competências relacionadas à tradução da “linguagem jurídica para uma tecnológica” e a “melhoria do trabalho colaborativo em grupos”. No entanto, as autoras também identificaram “resistência [...] em aprender a lidar com o vocabulário tecnológico” (Feferbaum; Lima, 2020, p. 158 e 159).

¹ Apesar de incluído por critérios objetivos, por se tratar de uma resenha, o trabalho não foi incluído na análise, apesar de estar entre os resultados da revisão de literatura, uma vez que o escopo de análise abrange somente artigos publicados em periódicos.



De maneira convergente, o segundo texto atenta às necessidades de adaptação dos cursos jurídicos para preparar os formandos a um mundo do trabalho cada vez mais digital. Mônica Tassigny e Victor Gondim (2021) destacam como os sistemas de IA já foram introduzidos em atividades administrativas e organizacionais no campo do direito. Sendo assim, evidencia-se a necessidade de haver um maior contato com o tema ainda no ambiente acadêmico, promovendo oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento.

O terceiro texto, de forma específica, aponta funcionalidades da IA na advocacia e em outras áreas do direito. Já ao tratar da sala de aula, Ana Sales (2022) aponta que a tecnologia, em especial a inteligência artificial, pode aliar-se ao professor como uma ferramenta de suporte no aprendizado.

Por fim, o último texto enfatiza desafios complexos envolvidos na integração da IA na atuação jurídico-política-educacional, sendo necessário pensar dilemas éticos envolvendo o uso de inteligência artificial no direito e sua capacidade de substituir o exercício propriamente dito do profissional jurista (Abdo; Luiz, 2024).

RESULTADOS PRELIMINARES

A resistência e dificuldade identificada pelos autores corrobora a ideia de Vasconcelos (2021) de que o Direito, apesar do avanço tecnológico, ainda resiste à aproximação da tecnologia. Apesar disso, os a literatura revela que a integração da Inteligência Artificial na educação jurídica é também uma oportunidade promissora. Diante dos resultados dessas pesquisas, fica evidente não só o desafio, mas a necessidade de familiarizar os alunos com a IA ainda no ambiente acadêmico.

Os resultados das pesquisas práticas indicam inovação pedagógica associada à inovação tecnológica quando da aplicação de metodologias ativas e os usos da inteligência artificial na educação jurídica. Inspirado por esse cenário, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), está sendo ofertado, progressivamente, cursos de capacitação tecnológica, voltados à utilização de ferramentas de inteligência artificial e *softwares* de suporte à pesquisa acadêmica, com ênfase na pesquisa empírica.



Até o momento, foram ofertados dois cursos², cadastrados via SIGAA, tendo em vista a importância da institucionalização dessas capacitações. O primeiro deles, foi realizado no dia 10 de julho de 2024, presencialmente, na UFRSA, estiveram presentes 25 participantes. O segundo foi ofertado de maneira virtual, ao sábado, para atender à necessidade de alunos de outras localidades ou com jornadas de trabalho durante a semana, deste, realizado no dia 13 de julho de 2024, participaram 65 alunos.

Um resultado não antecipado foi a participação de estudantes de outras instituições de ensino superior, inclusive, de outras regiões do país (no que foi ofertado remotamente). Os cursos envolvem metodologias ativas, como a sala de aula invertida, sem prejuízo a momentos instrucionais, nos quais são demonstrados aos estudantes como funcionam ferramentas de pesquisa e suporte para pesquisa acadêmica, utilizando inteligência artificial para revisão, busca, sistematização e catalogação de dados.

A expansão do público envolvido confirma o potencial inclusivo da tecnologia, possibilitando o acesso a estudantes que, de outra forma, estariam distantes dessas oportunidades de capacitação. A participação ativa dos estudantes e crescimento progressivo no número de inscritos refletem o amplo interesse dos estudantes pela inovação tecnológica no ambiente acadêmico, mesmo com as resistências iniciais mencionadas pela literatura.

Com isso, conclui-se que a capacitação para o uso da IA não apenas promove uma transformação pedagógica, mas contribui para inovação no ensino jurídico, preparando os profissionais para um mercado onde serão capazes de, eticamente, utilizar ferramentas como suporte, sem necessariamente dependerem delas. A crescente demanda por oportunidades de formação similares a essas demonstra a necessidade de continuar investindo na ampliação e melhoria dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS

ABDO, A.; LUIZ, R. de S. A educação como direito social: desafios e perspectivas na área jurídica com usos de inteligência artificial. **Peer Review**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 77–91, 2024. DOI: 10.53660/PRW-1740-3341. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/1740>. Acesso em: 9 out. 2024.

² Há ainda um terceiro curso a ser realizado no dia 10 de outubro de 2024.



FEFERBAUM, Marina; LIMA, Stephane H. B. FORMAÇÃO JURÍDICA E NOVAS TECNOLOGIAS: RELATO DE UMA APRENDIZAGEM EXPERIENCIAL EM DIREITO. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 18, n. 28, p. 145–162, 2020. DOI: 10.12662/2447-6641oj.v18i28.p145-162.2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2740>. Acesso em: 9 out. 2024.

SALES, Ana Débora Rocha. AS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO JURÍDICO: APLICABILIDADE NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. **Revista de Argumentação e Hermeneutica Jurídica**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0103/2022.v8i1.8937. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/HermeneuticaJuridica/article/view/8937>. Acesso em: 9 out. 2024.

TASSIGNY, M. M.; GONDIM, V. S. ENSINO JURÍDICO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O QUE ESPERA OS FUTUROS PROFISSIONAIS DO DIREITO?. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. e40152, 2021. DOI: 10.5902/1981369440152. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/40152>. Acesso em: 9 out. 2024.

TEIXEIRA, Lucimara de Sousa; GUAZZELLI, Dalva Célia Henriques Rocha. Aprendizagem ativa: experiências e pesquisas com metodologias ativas. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 66, p. e24391, 2023. DOI: 10.5585/eccos.n66.24391. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/24391>. Acesso em: 9 out. 2024.

VASCONCELOS, Stela Tannure Leal de. Educação digital, proteção de dados pessoais e novos espaços de trabalho jurídico. **Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença**, v. 19, n. 1, p. 166, 5 jul. 2021.